



INFORME  
TEMÁTICO  
Nº 6/2019

# RELAÇÕES BRASIL-EUA NA ÁREA DE DEFESA

OBSERVATÓRIO  
SUL-AMERICANO  
DE DEFESA E  
FORÇAS ARMADAS



**GEDES**

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA  
E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Iniciado em 2001, Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas é um projeto conjunto de diversos grupos acadêmicos que se dedicam ao estudo dos assuntos da Defesa e das Forças Armadas na América do Sul. O objetivo central é contribuir com o debate acerca das temáticas abordadas por meio da produção e divulgação de informes, tendo como referência as notícias publicadas nos principais periódicos de ampla circulação nos países integrantes.

No Brasil, o Observatório é desenvolvido a partir do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), um esforço multidisciplinar e interinstitucional, coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. Os informes produzidos semanalmente pela equipe de graduandos, pós-graduandos e professores podem ser acessados dentro do site do GEDES. Também é possível solicitar adesão à lista de contatos e receber os informes via email a cada semana: [contato@gedes-unesp.org](mailto:contato@gedes-unesp.org).

Nesta publicação “Informes Temáticos”, apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira durante o ano de 2019: a presença de militares no governo Bolsonaro; a participação dos militares na segurança pública; a questão orçamentária e seus reflexos nos projetos das Forças Armadas, a participação dos militares no combate às queimadas na Amazônia e a reestruturação da carreira militar e a reforma da previdência. Complementamos os resumos de nossos informes semanais com dados e análises, na expectativa de fornecer uma reflexão sobre como os jornais brasileiros informam ao grande público temas de grande importância para a sociedade. Neste momento de retrocessos, compreender as dinâmicas atuais por meio de sua alocação em um escopo mais ampliado possibilita uma análise mais embasada, qualificada e, espera-se, crítica.

Boa leitura!

## **Equipe Brasil 2019-2020 Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/Unesp)

### **Supervisão**

David Succi Junior  
Heed Mariano Silva Pereira  
Juliana de Paula Bigatão  
Laura Meneghim Donadelli  
Leonardo Dias de Paula  
Marina Gisela Vitelli

### **Redação**

UNESP/Franca  
Bruna Carolina da Silva Souto  
Cristiano Manhães  
Débora Maria dos Reis Pinto  
Gabriela Fideles Silva  
Isabela de Oliveira Guariza  
Karina Hikari Thotusi  
Leonardo Molina Ferreto  
Renata Carol Cancian Mallmann  
Solano Pereira d'Oliveira

### UNIFESP

Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira  
Larissa Barroso Cangerana  
Leonardo Pontes Vinhô  
Viktória Balmat Silva Neto

Créditos fotos de capa e contracapa: Centro de Comunicação do Exército Brasileiro

# RELAÇÕES BRASIL-EUA NA ÁREA DE DEFESA

**João Estevam dos Santos Filho**

Mestrando em Relações Internacionais no  
Programa 'San Tiago Dantas'  
(UNESP/UNICAMP/PUC-SP)  
GEDES

Um dos temas de maior impacto na atuação internacional do Brasil no governo Bolsonaro é a relação com os Estados Unidos da América (EUA). Além da busca por acordos econômicos e da semelhança de posturas nas organizações e fóruns internacionais, o atual governo também tem buscado uma maior aproximação na área militar. Assim, os vários episódios que marcaram esse aspecto da política de defesa do Brasil foram explorados pela mídia, tanto por meio de reportagens, quanto de artigos opinativos.

## MOMENTOS-CHAVE DAS RELAÇÕES EUA-BRASIL EM 2019

A fim de compreender a tônica geral das relações Brasil-EUA na área de defesa que tem sido desenhada no governo Bolsonaro, foram selecionados três momentos-chave bastante explorados pelos periódicos de circulação nacional: o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (relacionado à Base de Alcântara) a classificação do Brasil como aliado preferencial extra-OTAN pelo governo Trump e o acordo de cooperação militar.

### ACORDO DE SALVAGUARDAS TECNOLÓGICAS

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas - assinado em 18 de julho de 2000 - remonta ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Dentre outros aspectos, o acordo previa o controle restrito de determinadas áreas do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no estado do Maranhão e a permissão de pessoal autorizado pelo governo dos EUA para controlar, em conjunto com brasileiros, o acesso a essas áreas. Entretanto, esse acordo não foi ratificado pelo Congresso brasileiro, sendo retirado da pauta da Câmara dos Deputados em 2003 sob a justificativa de ferir a soberania nacional.

Depois de ter passado por certa marginalização durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), em vista de suas políticas externa e de defesa, o acordo voltou a ser um dos principais pontos nas relações entre Brasil e EUA a partir do governo de Michel Temer (2016-2018) e passou a adquirir importância ainda maior no contexto de reaproximação com os EUA na administração Bolsonaro (2019- ). Já no final de 2017, dois eventos importantes ocorreram envolvendo as relações EUA-Brasil na área aeroespacial: primeiro, a base de Alcântara recebeu visitas de representantes estadunidenses do ramo (como Boeing e Lockheed Martin); segundo, foi realizada a assinatura de um acordo de cooperação em segurança de voos espaciais e fornecimento de serviços e informação. Esses dois eventos demonstram a existência de um interesse mútuo por um novo acordo nessa área.

Em maio de 2018, o governo norte-americano sinalizou positivamente para a retomada das negociações do acordo, tendo sido discutido em junho daquele ano com o vice presidente norte-americano, Mike Pence. Por sua vez, essa aproximação com os EUA pelo governo Temer foi elogiada por periódicos brasileiros, como O Estado de S. Paulo, que ressaltou o contraste com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT); já o Correio Braziliense ressaltou os ganhos financeiros que esse acordo poderia proporcionar para o país .

Porém, no governo Bolsonaro, esse acordo ganhou especial importância por representar um dos principais componentes de uma política de defesa baseada em um realinhamento com os EUA. Nesse sentido, em março de 2019, já nos primeiros meses do mandato do presidente brasileiro, ambos governos finalizaram o texto do acordo e o assinaram durante a viagem de Bolsonaro aos EUA. Segundo o texto, o CLA seria usado para fins comerciais; o acordo também previa a proteção de material com tecnologia norte-americana empregada em lançamentos de foguetes e mísseis feitos a partir da base.

Além disso, previa a restrição de circulação de pessoas na base militar, bem como a proteção de tecnologia estadunidense para o lançamento de foguetes. Também estava incluso no texto o compromisso de não-proliferação de tecnologias de uso dual. Outro ponto importante é que ele permite a possibilidade de veto político de lançamentos de outros países por parte dos EUA. Quanto ao valor que o governo brasileiro adquiriria com o uso norte-americano da base, o Ministério da Defesa estimou em cerca de R\$ 41 bilhões por ano, não podendo ser utilizado para fabricação ou compra de mísseis pelo Brasil.

Em seguida, esse acordo foi enviado para análise da Comissão de Relações Exteriores e Defesa (CREDN) da Câmara dos Deputados, em sessão presidida pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, em 21 agosto de 2019, na qual recomendou a aprovação. Tal fato foi considerado uma vitória tanto para o governo Bolsonaro quanto para Eduardo Bolsonaro, que na época era cotado para ser embaixador nos Estados Unidos. Apesar disso, alguns deputados opositores criticaram o acordo por ferir a soberania nacional, sobretudo no que se refere ao trecho que estabelecia a restrição do acesso a determinados equipamentos e áreas, sujeito à autorização do governo dos EUA.

Após ter passado pelo crivo da CREDN, o acordo foi aprovado em 22 de outubro de 2019 em sessão plenária na Câmara dos Deputados, sem alterações no texto, com 389 votos a favor e 82 contrários. Em seguida, o texto passou para o Senado, onde também foi aprovado no dia 12 de novembro de 2019. Por fim, por meio de decreto, a Presidência da República promulgou o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas em 5 de fevereiro de 2020, oficializando-o. Ademais, o governo também pretende criar uma empresa estatal - cujo nome provisório é Alda - para atuar como



locadora de terrenos e equipamentos para que outros países lancem artefatos espaciais desde a base.

## BRASIL COMO ALIADO PREFERENCIAL EXTRA-OTAN

Outro ponto importante na reaproximação entre Brasil e EUA foi a nomeação do Brasil como "aliado preferencial extra-OTAN" (major non-NATO ally, em inglês) pelo governo de Donald Trump. O anúncio desse planejamento entre os dois países foi anunciado durante a primeira viagem de Bolsonaro aos EUA como presidente eleito, em março de 2019. Na ocasião, as autoridades políticas dos dois países estavam negociando detalhes finais para a designação.

Essa classificação foi criada pelos EUA em 1989, para identificar os países que promovem os interesses geopolíticos norte-americanos no mundo e cujo fortalecimento militar interessava ao país. Apesar de não pertencerem à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), os países classificados dessa forma são considerados aliados estratégicos dos EUA. Dentre os países que estariam nessa lista atualmente encontram-se: Afeganistão, Austrália, Egito, Japão, Kuwait, Paquistão, Coreia do Sul, dentre outros. Na América Latina, outro país que recebeu essa classificação foi a Argentina, em 1998, quando buscou uma aproximação mais intensa com os EUA, no governo de Carlos Menem.

Na mesma ocasião, Donald Trump afirmou que era de seu interesse que o Brasil fosse incluído como membro pleno da OTAN, ideia que também teria agradado ao então Secretário de Estado dos EUA, John Bolton, e o Chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, que teria reafirmado sua ideia de que o Brasil precisa integrar-se definitivamente com o Ocidente, sobretudo por meio de sua entrada na OTAN e na Organização para



a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - grupo que reúne as principais economias desenvolvidas do mundo (e alguns países considerados em desenvolvimento, como México e Colômbia).

Apesar disso, a entrada do Brasil na OTAN seria dificultada pelo próprio tratado que forma a organização, já que ele não deixa a possibilidade de entrada de mais países americanos, algo que foi salientado pelo secretário-geral da aliança que, no entanto, afirmou ser do interesse da organização que o Brasil se tornasse um país aliado da OTAN, como foi o caso da Colômbia em 2017.

Em maio de 2019, Trump voltou a mencionar o tema, afirmando que notificou o Congresso dos EUA sobre sua intenção de designar o Brasil como aliado preferencial extra-OTAN, ratificando o compromisso que havia anunciado em entrevista coletiva com Bolsonaro em março do mesmo ano. Em sua reportagem sobre a ocasião, O Estado de S. Paulo também tratou o tema sob uma perspectiva otimista, abordando as vantagens que essa posição poderia trazer ao Brasil, sobretudo em termos de venda de armamentos norte-americanos para o Brasil.

Em 31 de julho de 2019, o presidente dos EUA emitiu um documento reconhecendo formalmente o Brasil como "aliado preferencial extra-OTAN". Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, essa ação teria agradado a ala militar do governo Bolsonaro, pelo potencial de expandir a cooperação entre as forças armadas de ambos países e pela possibilidade de comprar equipamentos brasileiros com isenções fiscais. Ao comentar o fato, Bolsonaro demonstrou otimismo inclusive com relação à entrada do Brasil na OTAN, apesar de reconhecer as dificuldades. Além disso, em nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores com o Ministério da Defesa, foi defendido que a medida deverá dar mais acesso ao mercado norte-americano para as empresas brasileiras de defesa, além de possibilitar financiamentos para produtos de defesa exportados pelo Brasil.

No que se refere às reações de outros países, a Rússia criticou a aproximação do Brasil com a aliança, sobretudo no que tange à possibilidade de efetivação do Brasil como membro pleno da organização, alegando que ela não prevê a entrada de países latino-americanos e que as declarações conjuntas feitas por Bolsonaro e Trump não ajudam a apaziguar as disputas entre Rússia e EUA no mundo.

## ACORDO DE COOPERAÇÃO MILITAR

Um terceiro grande evento-chave para as relações Brasil-EUA na área de defesa foi a assinatura do acordo de cooperação militar, formalmente denominado como Acordo Referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E, na sigla em inglês). Ele começou a ser negociado em 2017, no governo Temer, mas foi assinado em março de 2020, representando mais um passo no alinhamento da política externa brasileira com os EUA em matéria de política internacional.

Esse acordo foi elogiado por setores da imprensa como a Folha de S. Paulo, o Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo, que inclusive publicou editorial afirmando que, apesar de dúvidas geradas pela conjuntura nos dois países (atritos entre Bolsonaro e o Congresso brasileiro e campanha presidencial norte-americana), pela estrutura jurídica do acordo e pelo fato de os EUA preferirem que equipamentos militares sejam fabricados em território americano, o periódico considerou a medida positiva para o Brasil, tanto no sentido de ampliar a presença brasileira no mercado de defesa dos EUA, quanto de fortalecer a posição regional do país.

Por ser internacional, o acordo ainda não foi ratificado, pois precisa ser aprovado pelos Congressos dos dois países; entretanto, o Itamaraty demonstrou otimismo em uma aprovação rápida tanto no Brasil quanto nos EUA, tal como o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas. Ao concluir este instrumento, os dois governos poderão assinar acordos de projetos na área de defesa e, a partir daí, empresas de ambos países podem ser selecionadas e contratadas para desenvolver programas que serão geridos por autoridades brasileiras e norte-americanas. Além disso, apesar de o financiamento dos projetos ser público em princípio, nada impediria a possibilidade de investimentos privados. Ademais, os projetos desenvolvidos terão propriedade intelectual compartilhada e o acordo prevê o acesso de empresas brasileiras a laboratórios e a indústrias estadunidenses (desde que autorizadas).

Em termos de resultados do acordo, a Folha e S. Paulo apontou que as parcerias geradas farão

---

as empresas brasileiras candidatas naturais a entrarem em cadeias de produção global puxadas por americanos. O país também poderia mirar para os demais membros da OTAN e até mesmo aliados não membros da organização. Além disso, o acordo também teria como um de seus pilares a adoção do padrão OTAN para todos os produtos que forem desenvolvidos. Ao assinar esse acordo, o Brasil se tornou o primeiro país da América Latina a ter esse tipo de relação com os EUA na área de defesa.

## **ANÁLISE DA IMPRENSA**

Nas três iniciativas apresentadas, a imprensa apresentou uma visão elogiosa, ressaltando os resultados positivos dessa maior aproximação entre os dois países na área militar. Foram evidenciados sobretudo os benefícios econômicos de curto e médio prazo para as empresas brasileiras que compõem a base industrial de defesa. Entretanto, as consequências de longo prazo, como dependência tecnológica, ganhos mais acentuados do lado estadunidense e uma integração subalterna das empresas brasileiras nas cadeias globais de valor na área de defesa foram desconsiderados.

Em editorial sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, O Estado de São Paulo elogiou as iniciativas dos governos Temer e Bolsonaro, afirmando que a não aprovação do documento no Congresso resultou de "falsas polêmicas" que prejudicavam o interesse nacional. O editorial também ressaltou os ganhos em termos de perspectivas de parcerias empresariais para o país na área de cooperação espacial. Também afirmou que o acordo não fere a soberania nacional, pois não cede espaços da base para uso exclusivo dos EUA - embora o documento estabeleça que o governo norte-americano terá poder de veto sobre as parcerias que o Brasil poderia estabelecer para uso da base e impeça a proliferação de tecnologia de uso dual limitando, na prática, a liberdade de ação do governo brasileiro no setor espacial.

Da mesma forma, em sua reportagem sobre a designação do Brasil como aliado prioritário extra-OTAN, a Folha de S. Paulo tratou essa questão segundo uma visão positiva, anunciando os ganhos que o país teria com a designação. Dentre eles o periódico citava: acesso preferencial à compra de equipamentos militares norte-americanos, com isenções dentro da Lei de Exportação de Armas dos EUA; prioridade para receber de graça ou a preço de custo "artigos de defesa em excesso", ou seja, equipamentos militares não mais usados pelas Forças Armadas dos EUA ou em estoque excessivo; autorização para participar de algumas licitações do Departamento de Defesa estadunidense e maior facilidade na compra de tecnologia espacial; por fim, também citou a possibilidade de assinar contratos de cooperação em pesquisa e desenvolvimento na área de defesa, assim como de empréstimos de equipamentos das Forças Armadas dos EUA para finalidade de pesquisa e obtenção de financiamentos para compra de equipamentos de defesa norte-americanos.

Por sua vez, o acordo RDT&E foi elogiado pelos três jornais. O Estado de S. Paulo, que inclusive publicou [editorial](#) afirmando que, apesar das dúvidas geradas pela conjuntura nos dois países (atritos entre Bolsonaro e o Congresso brasileiro e campanha presidencial norte-americana), pela estrutura jurídica do acordo e pelo fato de os EUA preferirem que equipamentos militares sejam fabricados em território americano, considerou a medida positiva para o Brasil, tanto no sentido de ampliar a presença brasileira no mercado de defesa dos EUA, quanto de fortalecer a posição regional do país.

## NOVA DEPENDÊNCIA?

As três iniciativas mencionadas aqui dizem respeito não apenas à inserção internacional do país na área de segurança e defesa, mas principalmente à base industrial de defesa brasileira e a suas relações com as cadeiras globais de valor, comandadas pelas empresas transnacionais sediadas nos países desenvolvidos, como é o caso das empresas norte-americanas.

Quanto ao Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, este acaba sendo problemático por duas razões: em primeiro lugar, o acordo de fato impede a liberdade de ação do Estado brasileiro em termos de livre-acesso às instalações da base de Alcântara e de possibilidade de negociações para alugar a base para outros países que não contem com a aprovação norte-americana. Nesse sentido, por mais que o acordo gere retornos financeiros significativos, ele acaba por impor grandes impedimentos à autonomia do Brasil em matéria aeroespacial.

Em segundo lugar, os projetos de ampliação das instalações da base a fim de alugar para outros países envolvem a remoção de cerca de 340 famílias quilombolas, tendo inclusive sido reconhecido pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos que esse deslocamento causaria efeitos na delimitação dos seus territórios, no modo de vida dessas comunidades e na sua relação com os recursos naturais. Por fim, vale ressaltar que esse acordo não necessariamente resolverá os principais problemas envolvendo o CLA, ou seja, o de sua infraestrutura. Nesse sentido, as poucas atividades realizadas nos últimos anos e a necessidade de melhorias em instalações para lançamentos de grande porte podem oferecer restrições maiores às atividades comerciais na base.

Já com relação à designação do Brasil com aliado prioritário extra-OTAN, é importante notar que, apesar dos ganhos de médio prazo que essa designação pode gerar, a efetividade deles ainda é incerta por conta de dois fatores principais: primeiro, a atual política de segurança dos EUA não considera a América Latina como principal área de atuação norte-americana, sendo o Oriente Médio e a região da Ásia-Pacífico os espaços prioritários para a promoção dos interesses dos EUA na administração Trump, enquanto a América Latina aparece na política de segurança estadunidense como área marcada pelos problemas do narcotráfico, de imigração ilegal e do crime organizado transnacional. Além disso, os interesses norte-americanos na região também direcionam-se para ações e discursos mais ofensivos contra o que foi chamado de "troika da tirania" (Venezuela, Cuba e Nicarágua).

Em segundo lugar, dentre os países da América Latina, o governo dos EUA tem mostrado maior interesse em outros países considerados aliados regionais, como os casos da Colômbia e do México, países que mais recebem assistência estadunidense em matéria de segurança e defesa e que têm contado com programas de cooperação em defesa voltados especificamente para eles (Plano Colômbia e Iniciativa Mérida). Assim, tanto em termos globais quanto regionais, a política de segurança dos EUA tem considerado "secundárias" as relações com outros países, como o Brasil. Tendo isso em vista, a nova parceria entre Brasil e EUA poderia gerar mais benefícios para o primeiro, com um maior acesso ao mercado de defesa brasileiro e melhores possibilidades de exportação de equipamentos de defesa para o país.

Assim como os dois eventos mencionados anteriormente, o Acordo RDT&E também tem a potencialidade de gerar ganhos econômicos para as empresas brasileiras, tanto no médio quanto no curto prazo, seja com a possibilidade de maior acesso ao mercado norte-americano, seja pela criação de projetos conjuntos com empresas dos EUA. Entretanto, um outro resultado significativo do acordo provavelmente é o atrelamento da base industrial de defesa do Brasil às cadeias globais de valor na área militar lideradas pelos EUA e pelos demais países desenvolvidos, o que acaba perpetuando e intensificando a dependência tecnológica do Brasil com relação àqueles.

Outro ponto importante é que, tendo em vista seu contexto e os tamanhos das bases industriais de defesa dos dois países, o acordo acaba gerando mais ganhos potenciais para os EUA do que para o Brasil, inclusive em termos econômicos de longo prazo, uma vez que as empresas norte-americanas têm maior capacidade e aporte de capital (inclusive vindos do Estado) para penetrar no mercado brasileiro do que as empresas brasileiras em relação ao mercado dos EUA. Por fim, as barreiras jurídicas impostas pelo governo norte-americano no desenvolvimento de produtos de defesa, mesmo quando em conjunto com outros países, bem como a dificuldade histórica do Brasil em conseguir transferência de tecnologia dos EUA - desde a década de 1940 e mesmo durante a Guerra Fria - são outros fatores que põem em dúvida a efetividade de resultados positivos para o país.

Tendo sido analisados os três momentos-chave das relações entre Brasil e EUA no governo Bolsonaro (em 2019 e 2020), percebe-se que o alinhamento que tem marcado a política externa brasileira também tem estado presente na política de defesa, sobretudo no que se refere aos compromissos internacionais do país. Nesse sentido, o governo Bolsonaro parece esperar ganhos financeiros (caso do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas) e na área de indústria militar, com o atrelamento da base industrial de defesa brasileira ao setor estadunidense (caso da classificação do Brasil como aliado preferencial extra-OTAN e do Acordo RDT&E). No entanto, esses ganhos esperados também têm sido acompanhados de grandes concessões, seja em matéria de tecnologia de ponta, como é o exemplo do setor aeroespacial, seja na possibilidade de maior autonomia para desenvolver tecnologias próprias sem permanecer no estado de dependência tecnológica frente aos produtos norte-americanos.

## OUTRAS PUBLICAÇÕES

- Adriane Almeida - "[A retomada das negociações entre Brasil e EUA para utilização da base de Alcântara: elementos da conjuntura recente para um possível desfecho](#)"
- Monica Hirst - "[Understanding Brazil-United States Relations](#)"
- Luis Fernando Ayerbe - "[De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina](#)"
- María Rodríguez-Domínguez - "[Brazil's Far Right Touring the U.S.](#)"
- [Dicionário de Segurança e Defesa](#): verbetes autonomia estratégia, Base Industrial de Defesa, economia de defesa, produtos estratégicos de defesa

## GEDES- Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional

Fundado em 2001, o GEDES é um grupo multidisciplinar que reúne graduandos, pós-graduandos, mestres e doutores dedicados a analisar questões relativas à Paz, Defesa e Segurança Internacional, favorecendo a troca de informações entre seus pesquisadores através da promoção de reuniões de leitura e discussão.

### Nossos produtos

- [Observatório de Política Exterior](#)
- [Observatório Sul-Americano de Defesa e FA](#)
- [Observatório de Conflitos](#)
- [Cenários Prospectivos](#)
- [ERIS – Defesa e Segurança Internacional](#)
- [ATLAS da Defesa Sul-Americana](#)
- [Rede Nacional de Estudos Estratégicos](#)
- [Dicionário de Segurança e Defesa](#)

### Contato



[Site do GEDES](#)



[contato@gedes-unesp.org](mailto:contato@gedes-unesp.org)



[Facebook do Observatório](#)

[Facebook do GEDES](#)



[Twitter do GEDES](#)

